



NOTA EM DEFESA DO FUNDEB PERMANENTE

O Fórum Nacional de Educação – FNE, instituído por lei com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), espaço de interlocução entre a sociedade civil e o Estado brasileiro, reivindicação histórica da comunidade educacional e fruto de deliberação da Conferência Nacional de Educação, considera a defesa do FUNDEB permanente como garantia do Direito Fundamental à Educação conforme os princípios da Constituição Federal, nossa Carta Magna Republicana, Democrática e Cidadã.

Com precípua ênfase na garantia de participação do processo de concepção e implementação da política nacional de educação, na avaliação dos impactos da implementação do Plano Nacional de Educação e no acompanhamento junto ao Congresso Nacional da PEC 15/2015, o FNE reforça a necessidade da política redistributiva se tornar permanente, enfrentando a superação das desigualdades nacionais tomando como referência o padrão de qualidade almejado e expresso no debate do Custo Aluno Qualidade, o que dará estabilidade, consistência e segurança à política de financiamento da educação básica pública em nosso País.

É primordial aumentar a complementação da União ao FUNDEB do mínimo de 10% para 40%, ampliando sua função redistributiva, percentual este que promoverá uma maior descentralização de recursos para um maior quantitativo de estados e municípios, de forma a propiciar melhores condições de funcionamento de seus sistemas de ensino público, bem como manter a proibição do uso da cota federal do Salário Educação para complementação da União ao fundo. Está é uma medida protetiva ao possível risco de precarização dos programas federais historicamente mantidos pelo Salário Educação, como: alimentação escolar (PNAE), transporte escolar (PNATE), livro didático (PNLD) e dinheiro direto na escola (PDDE).

Destacamos, ademais, nossa preocupação no uso de critérios de meritocracia para nortear a distribuição de 25% dos novos recursos do FUNDEB, pois este dispositivo contraria a essência e a finalidade do fundo que é garantir a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e a Valorização dos Profissionais da Educação, o que contribuiria para aumentar ainda mais a desigualdade do sistema educacional brasileiro ao favorecer redes mais estruturadas.

Firmamos a presente posição, aprovada por maioria, e aliamos-nos em uníssono aos que se dedicam à formulação da política nacional de educação, especialmente no tocante à construção de alianças com legitimidade política e força social para lutar pela manutenção dos princípios constitucionais e dos direitos decorrentes com o necessário financiamento, entendendo a Educação como assunto estratégico e nevrálgico para a Nação Brasileira.